

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 9 | edição nº 3 | 2020

Brasil, Geopolítica e o Sistema Mundial

Shiguenoli Miyamoto

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

BRASIL, GEOPOLÍTICA E O SISTEMA MUNDIAL¹

Shiguenoli Miyamoto²

Resumo: Desde a década de 1920 o Brasil aspira lugar de realce no contexto internacional. Naquela oportunidade, o país já reivindicava vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da Liga das Nações. Desde então, várias foram as ocasiões em que o tema da ascensão internacional do país foi colocado pelo governo, enquanto setores diversos da sociedade, incluindo a academia, igualmente debateram esse assunto. Neste texto, analisamos as aspirações e possibilidades de ascensão do país no cenário global, considerando suas características e capacidades. Ao mesmo tempo abordamos a geopolítica como campo de estudos no Brasil.

Palavras-chaves: geopolítica do Brasil; América Latina; globalização; sistema mundial.

BRAZIL, GEOPOLITICS AND THE WORLD SYSTEM

Abstract: Since the 1920s, Brazil has been aspiring to be a great power in the international system. At that time, the government was already claiming a seat as a permanent member of the Security Council. Since then, there have been several occasions when the issue of the country's international rise has been put on by the government, while some sectors of society, including the academy, have also debated this possibility. In this text, we analyze the aspirations and possibilities of ascension of the country in the global scenario, considering its characteristics and capacities. At the same time we analyse geopolitics as a field of study in Brazil.

Key-words: Brazilian geopolitics; Latin America; globalization; world system.

I. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1920, quando reclamou por vaga de membro permanente na recém criada *Liga/Sociedade das Nações*, o Brasil se coloca como país de categoria mediana em termos de poder e projeção internacionais. Não conseguir aquele propósito foi motivo básico para que o país se afastasse da instituição em 1926.

¹ A produção deste texto contou com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 1 A, concedida ao autor. Por causa da amplitude temporal deste trabalho, para sua elaboração aproveitamos algumas contextualizações históricas e referências bibliográficas já utilizadas em outras oportunidades, mesmo porque são imutáveis.

² Professor colaborador voluntário do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP-UNICAMP-PUC/SP. Professor Titular aposentado em Relações Internacionais e Política Comparada pela UNICAMP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, nível 1A. Email: shiguenoli@gmail.com

Apenas no fechar do século XX, reivindicações nessa direção foram retomadas, primeiro com o governo Fernando Collor de Mello e, depois, sob o mandato de Itamar Franco. Nas duas vezes, a consecução de tal desejo foi barrada pela pouca vontade e inapetência das grandes potências em reformar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, ainda que o mesmo não mais respondesse aos quadros político e estratégico mundiais nos quais foi criado.

De fato, as décadas de 1940 e de 1990 são bastante distintas. A primeira passou pela Segunda Guerra, o seu final, a criação da ONU e o início da Guerra Fria. Os anos 1990 já se caracterizaram pelo esfacelamento do bloco soviético, pelo fim do conflito Leste-Oeste, pela realização das grandes conferências internacionais, pela substituição de institutos como o *Acordo Geral de Fretes e Comércio* (GATT) pela *Organização Mundial do Comércio* (OMC), pela formação de blocos e pelo novo contexto denominado interdependência e globalização.

Na primeira década do novo século a demanda brasileira, para fazer parte do restrito grupo de membros permanentes do CS/ONU, se fez presente de maneira teimosa e contínua, sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, sem qualquer resultado.

Um século depois da primeira tentativa o país se encontra longe de alcançar o intento visado. Nesse interregno, países que passaram pelo flagelo da Segunda Guerra, sobretudo no sudeste asiático, conseguiram galgar posições no *ranking* mundial, alcançando níveis de desenvolvimento diferenciados em relação ao Brasil e seus vizinhos sul-americanos. Subiram degraus, ainda que não detivessem condições geográficas favoráveis como se verifica no caso nacional, variáveis essas sempre mencionadas como grandes vantagens comparativas.

O que poderia explicar essa defasagem nacional em termos de projeção mundial, com Estados tão distintos como os mencionados, que não foram contemplados com generosidade pela geografia? É a geografia definidora dos destinos de um país, como frequentemente se apregoa? Por que, no caso brasileiro, os benefícios representados pelos aspectos geográficos não foram convertidos em poder efetivo, como defendem os adeptos das teorias geopolíticas?

O presente texto dedica os parágrafos seguintes à tentativa de responder algumas dessas questões que, desde a década de 1910, também se converteram em alvo de atenção por parte de pensadores nacionais dos mais diferentes naipes. Para a realização deste escrito lançamos mão dos autores clássicos da geopolítica, bem como daqueles que produziram reflexão importante sob a perspectiva brasileira. Da mesma forma, a literatura secundária utilizada é aquela que diz respeito às interpretações do contexto internacional e das realidades sul-americana e brasileira.

II. A GEOPOLÍTICA NO MUNDO E NO ENTORNO BRASILEIRO

Não faz sentido despender energias ou recursos para debater sobre o autor que criou a nomenclatura da palavra geopolítica, determinar a sua paternidade, ou em que obra foi a mesma primeiramente mencionada.

Entretanto, uma afirmação pode ser feita sem receio de contestação. A geopolítica, entendida em termos genéricos, desde que passou a ser discutida por autores como Rudolf Kjellén (1864-1922), Friedrich Ratzel (1844-1904) ou Halford John Mackinder (1861-1947) na virada do século XIX para o XX, nunca deixou de estar presente na mesa e na agenda dos Estados e governos, principalmente daqueles considerados potências. Mesmo as nações menores ao traçar seus planos geopolíticos utilizam-se da *projeção azimutal*, e se colocam no centro do *Mapa Mundi*.

Quando o conceito de geopolítica estava sendo gestado, o importante a ressaltar é que o mundo passava por rápidas transformações, *mutatis mutandis* de maneira semelhante à atual conjuntura altamente dinâmica. Eram momentos em que os impérios europeus disputavam espaços, influência e poder em praticamente todos os continentes.

Não é gratuitamente que muitos autores, representantes dessa corrente de pensamento, sejam oriundos de países identificados com práticas expansionistas. O uso da força e da violência constituía-se em recurso habitual, sacramentando comportamentos políticos, para ampliar seus domínios. Isso se dava obviamente à custa de nações que usufruíam de condições econômicas e militares menos favoráveis, que não compactuavam com tais procedimentos nem consideravam legítimos tais métodos.

A geopolítica é, portanto, uma teoria do poder. Pode-se dizer que a geopolítica utiliza os fatores geográficos para formular uma estratégia. Para tanto, os elementos internos, como território, população, forças armadas, recursos naturais, desenvolvimento científico e tecnológico, entre outros, são mensurados e, de acordo com as capacidades do país, os responsáveis pelo governo, traçam as políticas de defesa e de ataque, procurando ampliar o poder nacional com o objetivo de ocupar lugar de proeminência no concerto mundial. Esta forma de medir as forças é, assim, realizada em termos comparativos com as demais nações. Por isso, as grandes potências, cientes de seus poderes, agem no cenário global, muitas vezes independentemente das organizações internacionais, procurando, na medida do possível, moldar o mundo segundo suas vontades e necessidades já que atuam em todos os cenários no plano econômico, político, cultural e estratégico-militar.

As políticas globais, em qualquer das esferas a ser considerada (política, econômica, militar, etc.), sempre foram formatadas de acordo com a potencia dominante em cada período, obedecendo as diretrizes geopolíticas por ela estabelecidas, de conquista e ampliação de espaços cada vez mais maiores.

As políticas de conquistas entendidas como fatos corriqueiros, onde a capacidade superior de um se convertia em condição suficiente para dobrar a vontade de seu opositor, resultavam na ocupação de territórios alheios e a subjugação de seus habitantes. Todavia, o mesmo não pode ser dito e aplicado em anos mais próximos onde, teoricamente, os princípios do Direito Internacional deveriam prevalecer sobre o uso da força para dirimir querelas.

Em termos realistas, semelhante premissa não se aplica se o conflito for a alternativa preferida ou escolhida para resolver divergências interestatais ao se alegar perigos à sua segurança nacional ou de um Estado aliado, contra outro país que estaria utilizando recursos não convencionais para resolver disputas internas e externas, contrariando as regras da convivência internacional pacífica.

Nesse caso, deve-se pressupor que teriam sido esgotados os instrumentos de negociação, de persuasão ou de ameaças. Veja-se, por exemplo, os bombardeios contra a Síria realizados pelos Estados Unidos da América em operação conjunta com a Inglaterra e a França no dia 13 de abril de 2018, depois de considerar o governo de Bashar al-Assad responsável pelo uso de armas químicas contra seus opositores na semana anterior.

Casos como esses, entretanto, poderiam nos dias atuais ser enquadrados como exceções que, embora sendo operações de significativa amplitude, afetam de maneira restrita e não paralisam o funcionamento do sistema internacional na sua totalidade e nem mesmo em parte.

Como pode ser observado, em inúmeras oportunidades, são métodos utilizados em especial pelas grandes potencias que atropelam os tratados, acordos e convenções dos quais são signatários, e tentam fazer prevalecer suas próprias vontades, justamente pela existência de uma ordem de poderes claramente assimétrica, e sem instâncias que as possam penalizar, daí sua impunidade.

Ou seja, trata-se daqueles países que mais influenciam o sistema do que são por ele afetados, e que procuram determinar os rumos das políticas e dos negócios mundiais visando criar novas ordens, ou manter o *status quo* se a mesmo lhes for conveniente. Se, de um lado, nem sempre conseguem impor suas próprias vontades e concepções de mundo, por outro lado,

demonstram capacidade e habilidades suficientes para impedir que medidas contrárias a seus interesses sejam integralmente adotadas.

Nada diferente do princípio de que o poder é para ser utilizado conforme as conveniências de quem o possui. Caso contrário, não se justificaria a sua busca incessante, nem a necessidade de seu acúmulo.

A contrapartida é que ao se tornar demasiadamente poderoso, um Estado é obrigado ou solicitado a interferir em escala cada vez mais ampla e ambiciosa, em frentes diversas às quais nem sempre se encontra suficientemente habituado ou habilitado no ambiente internacional, para defender seus interesses (muito espalhados geograficamente), e também para demonstrar sua capacidade de liderança política, econômica e militar, como fizeram os Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial.

Em tais condições, quanto mais atua e interfere em negócios, instâncias e territórios alheios, mais propensão apresenta de cometer erros, porque diminui sua capacidade de atuar com a mesma eficiência e rapidez em todos os planos simultaneamente, porque percebe o mundo sob ângulo particular, através de seus próprios prismas cultural, político, ideológico, etc.

O importante a ser retido quando se abordam temas duros das relações internacionais, onde o poder é um conceito central, é que a noção de geopolítica deve ser entendida, em sentido amplo, como o uso dos fatores geográficos para auxiliar na formulação de uma estratégia, visando a defesa e segurança, proteger a soberania nacional ou ampliar as capacidades de um Estado. Dificilmente encontraremos um país onde tais elementos não sejam considerados em seu plano de governo.

Por trás dessa ideia deve ser considerada como necessária a existência de recursos econômico-financeiros, que possam sustentar e dar prosseguimento a determinado tipo de projeto que os governantes elegem isoladamente, ou de forma conjugada com a sociedade.

Com variações incluindo outros elementos, decorrentes do próprio avanço das tecnologias ao longo do século passado, o sentido geral e os objetivos das teorias geopolíticas pouco se diferenciam entre si, aceitando-se sem dúvida as particularidades das abordagens sobre os poderes terrestre, marítimo e aeroespacial. O espaço e a posição se convertem, portanto, em conceitos básicos, fundamentais para o desenvolvimento das teorias e sua aplicabilidade na construção das estratégias e de sua execução nos campos de batalha.

Por isso, a forma dos territórios, seu tamanho, sua localização, as saídas para mares e oceanos e as fronteiras fazem parte do arcabouço que vai facilitar a eleição das melhores

escolhas quando necessário for, para proteger a integridade e a soberania nacionais, se possível empurrando as linhas divisórias para acolá, o mais adiante realizável.

Foi tal entendimento da geopolítica que orientou, por exemplo, as reflexões de Friedrich Ratzel sobre o solo, a sociedade e o Estado e as *leis do crescimento espacial*, a teoria *organicista* de Rudolf Kjéllen no final do século XIX, a teoria do *eixo geográfico* de Halford Mackinder em 1904, das *fimbrias marítimas* de Nicolas J. Spykman (1893-1943), do *espaço vital* de Karl Haushofer (1869-1946), da instalação de bases na ilha japonesa de Okinawa e na Alemanha pelos Estados Unidos da América no pós-Segunda Guerra Mundial, pela construção do bloco soviético, ou pela política de ampliação territorial de Israel na guerra de 1967 quando incorporou expressivo espaço.

Fronteiras que possam ser afastadas conforme a pressão (econômica, demográfica, cultural ou de infraestrutura) exercida junto às mesmas, barreiras de proteção ao longo de suas extensões (exemplificado pelos muros entre Estados Unidos da América e México, ou entre Israel e seus vizinhos) ou a existência de outros países que possam servir de anteparo, recursos que propiciem tempo suficiente para a mobilização das forças aérea e terrestre, a ampliação do território que possibilite estratégias de defesa e ataque mais eficientes quando necessárias são elementos que permeiam o raciocínio geopolítico dos especialistas da área, para que um Estado possa ter suas integridade e sobrevivência resguardadas.

Pontos de vista como esses sempre permearam as políticas e as formulações estratégicas em todo o mundo, desconsiderando hemisférios, modalidades de governo e épocas. A intenção costumeira é a tentativa de orientar comportamentos dos outros mandatários, defender, conquistar e ampliar impérios com territórios ainda que distantes de sua base, sem abrir mão de suas posses mesmo que para mantê-las enfrente dificuldades.

As guerras de libertação dos países do Terceiro Mundo, no pós-Segunda Guerra Mundial, serviram para contestar tais políticas colonialistas e imperialistas, seja no sudeste asiático, seja no continente africano, dando origem a novos Estados e soberanias nas décadas de 1950 a 1970. (FERRO, 1996)

No plano regional latino-americano, o controle das Ilhas Malvinas sob a bandeira do Reino Unido é exemplo assaz ilustrativo sobre os domínios extraterritoriais. Com a recusa de Londres em atender reivindicação da Argentina, o governo da Casa Rosada, ao considerar as Ilhas Malvinas sob sua soberania, tentou retomá-las dando origem à guerra de 1982 no Atlântico Sul.

Circunstâncias similares podem ser encontradas na América Central e Caribe onde influências norte-americana, francesa e inglesa se fazem sentir com intensidade como

resultado do processo colonial. Mesmo na América do Sul, a Guiana Francesa ainda é um Departamento do governo francês, além dos vínculos da República Cooperativa da Guiana com o Reino Britânico e da República do Suriname com a Holanda.

A história sul-americana é, em grande parte, recheada por disputas geopolíticas, quando se construíram as linhas divisórias das nações do continente. Veja-se a perda da saída marítima pela Bolívia na guerra do Pacífico (1879-1883) quando aliada com o Peru foi derrotada pelo Chile. Ou a guerra do Chaco opondo Paraguai e Bolívia (1932-1935). Os conflitos com frequência entre o Equador e o Peru adentrando inclusive anos mais próximos na década de 1990, as divergências em torno do Canal de Beagle envolvendo Chile e Argentina, o imbróglio entre Venezuela e a República Cooperativa da Guiana pelo controle da região do Essequibo, entre outros casos, podem ser tomados como exemplos que demonstram claramente como a geografia joga papel importante nas relações interestatais.

Porém, independentemente do uso da geopolítica enquanto construção teórica, mesmo porque essa não existia em muitos dos casos até agora referidos, os fatores geográficos com frequência se converteram em elementos explicativos importantes que moldaram a história regional do entorno brasileiro.

Se a geografia e a História conseguem esclarecer como o mapa continental foi desenhado, nem por isso se poderia creditar à primeira a responsabilidade pelos estágios de desenvolvimento regional, como escritos recentes procuram demonstrar. Tal forma de interpretar a posição da América do Sul no sistema internacional não é tão difícil de ser encontrada e visto, por exemplo, em publicações das próprias instituições de fomento e desenvolvimento regionais.

É o que se pode inferir através do relatório anual divulgado em 2000 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com o extenso estudo, explicações que indicam os níveis de desenvolvimento econômico e social da América do Sul, e que seriam igualmente observados em outras partes do mundo, poderiam ser observadas em fatores diversos como os seguintes:

Es sorprendente que factores que han recibido tan poca atención reciente en el diseño de las políticas de desarrollo, como son la demografía, la geografía y las instituciones, se encuentran tan estrechamente asociados con las diferencias en los niveles de desarrollo entre los países de América Latina y con respecto a otros grupos de países. En efecto, al menos desde un punto de vista estadístico, estos tres grupos de factores pueden contribuir en buena medida a explicar las brechas del desarrollo económico y social. (BID, 2000: 28)

Esse tipo de interpretação da realidade latino-americana nos conduz a uma série de reflexões. Em primeiro lugar, mostra que a geografia está presente em abordagens com matizes variadas, em todos os tempos, e nos mais distintos lugares.

Em segundo lugar, especificamente no caso do BID, apresentou as discordâncias dentro da instituição responsável pela divulgação do relatório sobre como conduzir e sugerir propostas de políticas públicas e conduta para os governantes, para sanar os problemas relacionados com os estágios de desenvolvimento. Enquanto alguns se apegavam a aspectos históricos, econômicos e estruturais, o texto optou por seguir linha explicativa ancorada no determinismo geográfico.

Em terceiro lugar, e por isso mesmo, demonstra que os conceitos e interpretações tão caros aos tradicionais geopolíticos permanecem vivos mais de um século depois de terem sido apresentados como tais. Indica ainda que, longe de serem discutidos apenas por militares, geopolíticos e civis vinculados a áreas como a geografia, abrangem profissionais outros de campos não costumeiros oriundos, por exemplo da Economia. Foi esse o caso de Ricardo Hausmann, ex-ministro do Planejamento da Venezuela e coordenador do relatório do BID em 2000 e que, após sua divulgação, foi afastado da entidade, mas guindado a um cargo na Universidade de Harvard.

Em quarto lugar, ao ressuscitar teorias explicativas nessa direção, esses profissionais nada mais estão fazendo do que repetir *mutatis mutandis* o comportamento adotado pelas grandes potências em suas políticas belicosas, ao considerar a geografia elemento crucial para responder a desafios diversos.

De fato, na História, a geografia mostrou em inúmeras oportunidades que, pelo menos no que se refere às guerras, a mesma não pode ser negligenciada. Por isso mesmo, os Estados Unidos da América ao combaterem em locais como no Iraque e no Afeganistão, primeiro lançaram mão de bombardeios aéreos em grande quantidade para, só então, colocarem em ação as forças terrestres.

Isso se deveu, em parte, justamente pelas adversidades a serem enfrentadas com o meio ambiente, o que dificultava operações em solo iniciais em regiões acidentadas, mesmo sendo detentoras de grandes aparatos tecnológicos. Os erros no sudeste asiático por eles cometidos no Vietnã na década de 1960, pela França na Indochina nos anos 1950, pela Alemanha ao invadir a URSS em 1941 rompendo o Tratado Ribbentrop-Molotov firmado em 1939, e por Napoleão Bonaparte que havia feito o mesmo em 1812, já tinham mostrado de maneira suficiente e categórica como a geografia pode facilitar ou dificultar procedimentos agressivos em ambientes geográficos considerados inóspitos para os forâneos.

Ao contrário de muitas interpretações, a geopolítica permanece atual, ainda que no pós-Segunda Guerra tenha sofrido restrições acerca de seu uso, sobretudo pelas políticas adotadas pelo III Reich de conquista do LEBENSRAUM.

Estigmatizada desde então, mas apresentada naqueles anos como ciência que deveria ser firmemente considerada pelos governantes na elaboração de suas políticas domésticas e de suas políticas exteriores, a geopolítica sempre se fez presente nos mais diversos níveis de atuação dos Estados. (SONDERN Jr., 1941; SPYKMAN, 1943, 1943a) O que não significa dizer que, necessariamente, influencie todas as decisões na formulação e execução das políticas públicas domésticas e externas. Nem que adote exatamente os mesmos princípios e parâmetros observados na época do grande conflito dos anos 1940.

III. A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA DESDE SEUS PRIMÓRDIOS

No Brasil não poderia ser diferente. Da mesma forma que se verificaram debates sobre os aspectos contemplados pelas novas teorias acerca do território e dos demais fatores geográficos, literatura expressiva foi produzida no país abarcando ampla variedade de temas.³

Com certeza os debates sobre a transferência da Capital Federal, do Rio de Janeiro para o centro do país nos anos 1950, se converteram em assuntos geopolíticos de primeira grandeza. A escolha que obedeceu a orientações privilegiando aspectos geográficos, relacionados com sua localização, foram alvo de intensas discussões como se pode observar através das publicações especializadas da época, como a *Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim Geográfico* além da *Revista Brasileira de Estatística* e da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Todavia, as discussões e propostas em torno de temática de tal grandeza não eram recentes. Desde 1821, com José Bonifácio de Andrada e Silva, se falava na necessidade de uma nova capital, não no litoral como o Rio de Janeiro, mas adentrando os sertões brasileiros. Em documento por ele apresentado “aos deputados paulistas que participaram das Cortes de Lisboa (1821) sugeriu o nome Petrópolis ou Brasília para a nova capital”. (CÂMARA FEDERAL, 2010).

³ Neste item serão feitas apenas referências gerais sobre alguns autores que adquiriram destaque no período considerado, mas sem discutir o conteúdo e o mérito de suas obras. Não se trata de fazer discussão exaustiva sobre eles e/ou à produção brasileira que, numericamente, é bastante extensa. O leitor interessado encontrará facilmente levantamentos bibliográficos sobre o assunto divulgados em publicações como **Perspectivas** (UNESP), **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) ou **Revista Geográfica** do Instituto Pan-americano de Geografia e História.

Mesmo alguns anos antes, a imprensa já tratava do assunto como fazia o *Correio Braziliense* em 1808, em artigo escrito por J. da Costa Furtado Mendonça. Naquela oportunidade dizia o redator :

O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem na cidade, que se destina a ser a Capital do Império do Brasil; e se os cortesões que para ali foram de Lisboa tivessem assaz patriotismo e agradecimento pelo país que os acolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um generoso sacrificio das comodidades e tal qual luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um país do interior, central e immediato dos grandes rios, edificariam uma nova capital, começariam a abrir estradas, que se dirigissem a todos os portos do mar ... (MENDONÇA, 1808 *apud* CRULS, 2003, p.27)

Motivos variados poderiam ser lembrados tanto naquela época quanto em meados do século XX sobre a mudança da Capital Federal. Entre esses, a ocupação do país através de um centro irradiador de influências, facilitando a interiorização, a integração e a unidade nacionais. Além, é claro, de ver-se livre de influências consideradas conspiratórias contra a coesão e união nacionais, por mais abstratas que sejam essas, uma vez que através do Rio de Janeiro, como porta de entrada de navios estrangeiros, poder-se-ia irradiar valores culturais não condizentes com as necessidades nacionais.

Da mesma forma, os inúmeros tratados tendo como autoras as coroas lusitana e hispânica, senhoras dos destinos sul-americanos, apresentaram claramente a necessidade de reajustar a cada tempo as linhas divisórias entre os dois reinos, acima de tudo pelo fato de as mesmas estarem sendo constantemente transpostas pelas entradas e bandeiras. Em direção a Oeste (e não ao Oeste), como proclamava Cassiano Ricardo e que foi, igualmente, bem exposto em extenso trabalho de pesquisador norte americano dedicado à geopolítica brasileira. (RICARDO, 1959; TAMBS, 1967)

Foi assim que se definiram os contornos geográficos usufruídos pelo Brasil e que, ainda nos tempos atuais, se constituem em motivos de críticas, ressalvas e ironias dos vizinhos sobre a forma como o país chegou à sua grandeza, pelo menos no que tange aos domínios territoriais que ocupam metade do continente sul-americano.

Não há como negar que a história do território brasileiro, desde seus inícios ainda sob jugo do reino português, está intrinsicamente ligada com a geopolítica, com a política expansionista adotada, propositadamente ou não, pelos responsáveis pelas políticas nacionais. As fronteiras movidas sempre e sempre, desde o Tratado de Tordesilhas, eram percebidas como linhas móveis, flutuantes, vivas, na melhor tradição conceitual que lhe emprestavam geopolíticos como Ratzel, Kjéllen ou Haushofer, pensadores que conviviam com as realidades políticas e conflitos entre os países europeus. Se atualizássemos esses ideais de políticas

expansionistas, poderíamos entender também, igualmente, a geopolítica como construtora de fronteiras, como a categorizava Álvaro Teixeira Soares em conhecida obra. (Soares, 1973)

Em um século, desde a década de 1910, quando inúmeros textos foram publicados no Brasil, com a preocupação em conectar a geografia com a história e a política, pode-se arrolar uma vasta literatura direcionada para os mais diversos motes, para preocupações geográficas e estratégico-militares.

A dinamicidade enfrentada pelo léxico no decorrer dos anos mostra como, a partir da década de 1990, o termo geopolítica passou a ser empregado de maneira indiscriminada, fora das características nas quais foi criado, conhecido e utilizado ou instrumentalizado.

Destarte, políticas públicas referentes a demandas setoriais, muito particulares, passaram a ser identificadas com a palavra geopolítica, originando designações como geopolítica do café, geopolítica do turismo, geopolítica da arte, geopolítica do futebol, geopolítica da comunicação, ou exóticas como geopolítica da *junk food*, entre dezenas de outras, ainda que geopolítica da fome tenha merecido consagração em obra de grande impacto produzida em meados do século passado. (CASTRO, 1946)

Essas, com tais significados não fazem parte, contudo, das reflexões deste texto, onde a geopolítica é vista e concebida em seu sentido clássico, tradicional, mais restrito, voltada para o uso dos fatores geográficos.

Ao largo da história nacional, a geopolítica pode ser analisada sob duas perspectivas. A primeira delas dirigida para as políticas implementadas nos períodos colonial e imperial pelos governos lusitano e brasileiro, quando se verificou a ocupação, expansão e definição do território brasileiro, apoiada em condicionantes geográficos e geopolíticos, ainda que esses últimos elementos não estivessem presentes, sistematizados, conforme atualmente os concebemos, e percebidos nas teorias posteriormente desenvolvidas.

É o tipo de abordagem que utilizam autores como Lewis Tambs ao discorrer sobre as conquistas e políticas de antigos governantes que criaram grandes impérios ao invadir e ampliar seus domínios às custas de territórios alheios. (TAMBS, 1983).

Na realidade, em grande parte dos historiadores preocupados com o desenrolar dos acontecimentos que afetaram a Humanidade, por exemplo nos dois últimos milênios, encontram-se explanações onde a geografia joga relevante papel. Confira-se autores como Ibn Jaldun ou Fernand Braudel, pensadores de épocas bastante distintas, dos séculos XIV e XX respectivamente. (JALDUN, 1997; BRAUDEL, 1995)

Desde o Tratado de Tordesilhas (1494), passando pelo Tratado de Utrecht (1713), pelas negociações em torno da Colônia de Sacramento (1715), pelo Tratado de Madrid (1750)

ou pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), entre outros fatos, tais acontecimentos obedeceram a critérios estritamente geopolíticos, uma vez que diziam respeito diretamente a problemas territoriais e fronteiriços (SOARES, 1939). Esses elementos resultaram na consolidação das fronteiras nacionais, quando o Barão do Rio Branco no início do século XX fez o retoque final do mapa geográfico brasileiro, através das negociações por ele conduzidas, à frente da Chancelaria no período de 1902 a 1912 (BUENO, 2003). Ou seja, tratava-se da geopolítica colocada em ação no mais preciso sentido do termo.

No momento em que José Maria da Silva Paranhos Júnior entabulava negociações em defesa dos interesses da jovem República, a literatura geopolítica de matriz europeia, que depois se tornaria clássica, representando o que ficaria designado como determinismo geográfico, já estava sendo amplamente divulgada e conhecida nas esferas intelectuais e governamentais da época, embora o então chanceler brasileiro não faça a elas explícitas referências.

Esta etapa da República corresponde, portanto, à segunda modalidade de análise da geopolítica brasileira. A partir da década de 1920, aqueles autores estrangeiros já eram mencionados por geopolíticos nacionais como Everardo Backheuser em seus inúmeros escritos, que cobrem desde os anos 1920 até inícios da década de 1950, fossem eles teóricos, fossem aplicados à realidade política brasileira, com sugestões de divisão territorial, ocupação dos espaços vazios e mecanismos para integrar o país, até mesmo propondo o tamanho entendido como ideal para os estados federativos.

Considerado um dos pioneiros desses estudos no país Backheuser mereceu extensas análises, com foco em suas propostas domésticas sobre ocupação e organização administrativa e territorial. (SANTOS, 1989; ANSELMO, 2000).

Outros geopolíticos receberam atenção durante o regime militar por obras que publicaram da década de 1930 aos anos 1970, quando os conceitos geopolíticos por eles defendidos foram identificados com políticas expansionistas e imperialistas e que seriam inspiradoras do projeto de grandeza nacional como expunha a administração federal através do plano de *Metas e Bases de Ação do Governo* no período de Emílio Garrastazu Médici, ao se propor o Brasil como Grande Potência no ano 2000. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1973).

Autores de origem militar como Mário Travassos (1931), Golbery do Couto e Silva (1957, 1967) e Carlos de Meira Mattos (1960, 1975, 1977), ou civil como Therezinha de Castro (1976) converteram-se em alvo de especial cuidado sobretudo por parte dos geopolíticos da Bacia do Prata.

Sobre esse extenso ciclo que abrange desde o final da Primeira Guerra Mundial até o fechamento do ciclo militar em 1985, necessário se faz tecer alguns comentários. Em primeiro lugar, há que se diferenciar os debates teóricos e as propostas concretas. Em segundo lugar, as políticas governamentais domésticas e externas apoiadas nos preceitos geopolíticos.

No que se refere ao primeiro tópico, a validade do estudo da geopolítica movimentou parte expressiva da literatura produzida, favorável ou não ao uso dessa corrente de pensamento.

Principalmente nos anos da Segunda Guerra Mundial, e com a política implementada pelo III Reich, volume apreciável dos escritos manifestou-se contrária ao seu emprego, entendendo-a como ideologia. Esse comportamento era normal, já que a produção mundial também trilhava caminho semelhante, principalmente a literatura de procedência francesa. Isso não impediu, contudo, que mesmo assim textos divulgados em publicações distintas apregoassem a utilidade de sua aplicação.

Nos debates sobre a transferência da Capital Federal nos anos 1950, pode-se observar discordâncias por exemplo entre Leo Waibel e Djalma Poli Coelho, respectivamente contrário e favorável às teorias geopolíticas.

Em segundo lugar, com o regime autoritário instaurado em 1964 parte significativa daqueles identificados com a *Doutrina de Segurança Nacional*, a Escola Superior de Guerra e o governo, divulgaram obras em que os preceitos geopolíticos ocupavam espaço importante no planejamento das políticas públicas.

O fato, porém, de obras com tal conteúdo serem publicadas não significou, contudo, seu aproveitamento nas políticas públicas, mesmo porque a máquina administrativa federal tinha como formuladores profissionais representantes de tendências políticas e econômicas diversas e, que, ao elaborar seus planejamentos priorizavam fundamentalmente sua eficácia e rentabilidade, como os corredores de exportação e abastecimento, a ocupação do espaço regional, a construção de rodovias e a divisão de estados. Foi inclusive no contexto dos primeiros anos do regime militar que se efetuou a grande reforma administrativa com a Lei nº 200 de 1967. (Senado Federal, 1984)

Não foram princípios geopolíticos os norteadores de políticas como os corredores de exportação e abastecimento, observáveis através de relatórios produzidos pelo Banco Central do Brasil (1972), pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte (GEIPOT) ou por técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão este vinculado ao Ministério do Planejamento (Barat, 1972).

Mesmo obras como a Transamazônica não se miravam nos padrões geopolíticos defendidos, por exemplo, nos textos de Golbery do Couto e Silva (projeção a partir do centro), de Carlos de Meira Mattos (projeção mundial) ou de Therezinha de Castro (*teoria da defrontação* e ocupação da Antártica). Nem a construção da barragem de Itaipu se enquadrava nas elucubrações conspirativas, como regionalmente se propalava, porque as decisões consideravam fundamentalmente aspectos econômicos visando suprir o país da necessária energia para suportar e alavancar seu desenvolvimento. (CAUBET, 1983).

Pelo contrário, a administração de setores de transportes, sob o comando de Mário Andreazza, não deixa dúvidas sobre os princípios e a finalidade dos projetos executados, enquanto a área econômica era dirigida por Antônio Delfim Neto, e teve ainda no governo castrense entre outros membros Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, João Paulo dos Reis Velloso, Mário Henrique Simonsen, Ernane Galvêas, Hélio Beltrão e José Flávio Pécora, sem nenhuma identificação com as teorias geopolíticas.

IV. A GEOPOLITICA BRASILEIRA EM TEMPOS CAMBIANTES

A partir da década de 1980 grandes transformações se sucederam no plano interno e no concerto das relações internacionais e que, visivelmente, impactaram as políticas governamentais em todo o mundo.

No Brasil e na América Latina encerrou-se o ciclo dos regimes militares, ainda que com desfechos diferenciados em vários países. Em vizinhos como Argentina e Chile o fim da intervenção castrense trouxe consequências para aqueles que usufruíram do controle do poder e do aparato de Estado naquela oportunidade. No Brasil, a transição pactuada foi o caminho escolhido após a distensão lenta e gradual iniciada pelo governo de Ernesto Geisel, com a revogação dos instrumentos de exceção e a formação de um novo sistema político partidário a partir de 1979.

No nível mais amplo da esfera internacional, a passagem para a última década do século trouxe surpreendentes novidades, como o desmoronamento do bloco soviético e o fim do conflito Leste-Oeste, com a consequente gestação de uma nova ordem, ainda indefinida.

Em conjuntura complexa, o Brasil passou a atuar enfrentando duas situações não necessariamente conectadas: de um lado, resolver problemas advindos com o fim do ciclo militar, como as altas taxas de inflação e a crise econômica que afetava o continente sul-americano; de outro, como se inserir de maneira mais favorável no novo cenário global, com o acirramento da competição econômica e a formação dos megablocos.

Alvo de críticas intensas desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, por não dar o devido tratamento ao assunto abordado na grande reunião multilateral, o país tornou-se um dos alvos mais visados mundialmente. Desde então, governos e instituições de diversos gêneros e categorias, passaram a apontar as deficiências da administração brasileira na proteção dos rios contaminados com mercúrio pelos garimpeiros em busca de minérios, das populações indígenas e a demarcação de terras, da devastação da fauna e da flora. A situação tornou-se mais aguda ainda, com a morte do seringalista Chico Mendes em dezembro de 1988.

Chegou-se mesmo a evocar uma possível internacionalização da Amazônia, entendendo essa região como patrimônio comum da Humanidade, assim como outros recursos naturais (de países em desenvolvimento), conforme se pode depreender do relatório *Nosso futuro comum*, onde se defende o conceito de soberania limitada e compartilhada. (BRUNDTLAND, 1988)

Operando em duas frentes para dar conta dessa situação, a Chancelaria nacional privilegiou atuação conjunta com os demais parceiros da Bacia Amazônica, em frequentes reuniões, que tinham antecedentes desde 1978 quando sob iniciativa brasileira se firmou o *Tratado de Cooperação Amazônica* com mais sete vizinhos.

Por sua vez, os órgãos ligados à defesa e segurança nacionais lançaram-se à elaboração de projetos que pudessem assegurar o controle da região e preservar a soberania nacional sobre áreas que consideravam inegociáveis e de sua estrita responsabilidade.

Enquanto ocupantes da máquina administrativa entre 1964 e 1985, os governos pouco fizeram em termos efetivos que levassem em conta aspectos estratégico-militares para proteger o território e os interesses nacionais, embora houvesse preocupação em tornar este um grande país com projeção global.

Ironicamente, no primeiro ano do mandato do presidente José Sarney já se elaborou um grande projeto com viés geopolítico, que trouxe inclusive motivos de preocupação para seus vizinhos, em virtude de suas projeções regionais, motivadas pelas pressões junto às fronteiras, seguindo preceitos tão caros aos estrategistas.

Tratava-se, no caso, do *Projeto Calha Norte* elaborado pelo Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional que tinha à sua frente o general Rubens Bayma Denys, ainda que a coordenação e responsabilidade pela execução dessa iniciativa ficasse a cargo de um civil, Andrea Calabi, então Secretário do Tesouro Nacional.

As preocupações com a região Norte tinham sua razão de ser. Desde que fora assinado o acordo tripartite entre Argentina, Paraguai e Brasil, colocando ponto final às divergências

em torno da construção da barragem de Itaipu, diluíram-se as tensões até então frequentes na Bacia do Prata.

A partir de então os desentendimentos se verificaram em torno dos processos de integração, mormente a partir da construção do Mercosul, das preferências alfandegárias, tarifas, protecionismos, mas localizadas na área econômica.

O mesmo, entretanto, não ocorreu no plano estratégico-militar, inclusive porque a Casa Rosada e o Palácio do Planalto firmaram acordos sobre o uso de tecnologia nuclear, promoveram reuniões dos Estados-Maiores das Forças Armadas em 1985 e 1986, além de exercícios militares conjuntos em várias oportunidades.

Apenas em momentos particulares, discórdias foram observadas, por exemplo, pelo governo argentino a declarações de autoridades brasileiras consideradas impróprias. Um exemplo nessa direção verificou-se em janeiro de 2003, quando o então ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral manifestou-se favoravelmente à busca de conhecimento necessário para a construção de artefato atômico pelo Brasil. (FIGUEIRÓ, 2003)

Essa declaração feita por membro do primeiro escalão governamental, recém empossado, trouxe novas dúvidas sobre as intenções brasileiras em torno do uso da tecnologia nuclear. Vale lembrar que desde a assinatura do Tratado Nuclear firmado com a Alemanha em 1975 houve amplas discussões tanto no plano doméstico quanto por meio dos vizinhos.

Internamente, questionava-se os recursos utilizados, a necessidade e viabilidade de tal projeto e mesmo a localização das futuras usinas a serem construídas a beira mar em Angra dos Reis, no triângulo mais populoso e industrializado do país, precisamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No âmbito externo trouxe consigo as desconfianças sobre o discurso da pretensa hegemonia brasileira e “as verdadeiras intenções” do Brasil em relação à utilização da tecnologia nuclear (GUGLIAMELLI, 1976; GALL, 1976; MIRROW, 1979)

Outra ressalva oriunda do vizinho portenho dizia respeito à insistência brasileira em ocupar vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Na realidade, esse discurso trazia consigo o descontentamento pelo fato de que a Argentina igualmente aspirava tal cargo, inclusive porque desde 1999 obtivera o aval como membro associado da *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN). Esse último *status*, contudo, não interessava ao Brasil, porque isso significaria trazer para o Atlântico Sul aquela entidade e todas as implicações dela decorrentes.

Sem problemas maiores no Cone Sul com seus vizinhos, com a criação da *Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul* (ZOPACS) em 1986, restaram, portanto, as grandes florestas amazônicas como alvo de atenção.

Além das ressalvas observadas desde a década de 1980 pela comunidade internacional, o problema do contrabando de mercadorias, o tráfico de drogas e de armas passaram a se constituir em objeto de grande interesse das autoridades brasileiras em termos estratégicos.

Por isso, além do Projeto Calha Norte, ocorreu a sequência com o *Sistema de Vigilância da Amazônia* e o *Sistema de Proteção da Amazônia* (SIVAM/SIPAM), ao mesmo tempo que se negociava o Mercosul. A elaboração, pela primeira vez, de um documento oficial sobre o tema em 1996, a *Política de Defesa Nacional* reproduziu as preocupações com a região amazônica, do mesmo jeito que se verificou em 2005 com a versão mais elaborada desse texto, com a *Estratégia Nacional de Defesa* de 2008 e com a divulgação do *Livro Branco de Defesa* em 2012, e que podem ser consultados na página do Ministério da Defesa.

Pelo menos no âmbito geopolítico estava eleita a região e as prioridades nas áreas de defesa e segurança nacionais. Faltavam, ainda, os mecanismos e instrumentos para viabilizar e concretizar de maneira eficaz tais políticas, que deveriam ser pensadas não apenas em termos estratégico-militares, mas também diplomáticos, uma vez que as políticas domésticas e externa caminham *pari passu*. Não se deve esquecer, também, a importância concedida aos recursos marítimos, a chamada *Amazônia Azul*, principalmente após a descoberta do pré-sal no litoral brasileiro.

Comportamento nessa direção é óbvio, porque uma concepção geopolítica de projeção regional ou global, necessariamente, tem que considerar variáveis outras que auxiliem e contemplem suporte para que determinado projeto possa ser executado com chances de sucesso.

Nesse sentido, a partir dos anos 1990, o país ao mesmo tempo que passou a reivindicar papel de maior protagonismo internacional, abriu mão, igualmente de medidas que anteriormente considerava importantes, como a recusa em assinar o TNP. Mas, também, preocupou-se com a estrutura das instituições internamente.

A conquista de uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU reivindicada na época de Fernando Collor de Mello e, depois, com Itamar Franco ganhou maior insistência nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, que consideravam esse vetor crucial para ser respeitado na arena internacional. A mesma preocupação se verificou para a construção de blocos alternativos à União Europeia, mas igualmente procurou ocupar

cargos de direção de organizações internacionais e do G8. Inclusive porque faltavam-lhe outros fatores igualmente importantes como um corpo militar sólido que pudesse, por exemplo, atuar com maior propriedade em operações de paz e outros tipos de intervenção, características sobretudo de grandes potências.

Daí, igualmente, o aumento da presença brasileira em regiões de conflito, ainda que modestamente em quase todos os casos, com exceção de operação na América Central, através da *Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti* (MINUSTAH).

Projeção não apoiada estritamente na força seria, igualmente, demonstração da maturidade do país para auxiliar na resolução de grandes conflitos, mostrando-se responsável para não desestabilizar ou criar problemas regionais, portanto, merecedor de confiança da comunidade internacional. Por isso, também, em 1998, o país aderiu ao *Tratado de Não-Proliferação Nuclear* (TNP).

No plano interno, preocupou-se com a reestruturação das Forças Armadas e com as ameaças do mundo globalizado, ainda que nem todas afetassem o país como atingia as grandes potências, como o problema do terrorismo.

A criação do Ministério da Defesa em 1999 caminha nessa direção, ainda que a falta de recursos impossibilitasse a modernização dos equipamentos militares nas três armas. Mas um elemento importante como a indústria bélica passou a receber atenção nas duas últimas décadas, para garantir autossuficiência no setor, quebrando dependências. Este tipo de indústria, foi pensada em novo patamar, distinto daquele que vigorara em período anterior, quando se criou a *Indústria de Material Bélico* (IMBEL), em 1975, mas cuja durabilidade não ultrapassou os anos 1980.

Ainda que tenha levantado dúvidas e criado polêmicas, entre idas e vindas teria sido esse mesmo critério, visando assegurar autossuficiência, que fez com que o governo brasileiro desse prioridade em 2016 à aquisição dos caças suecos Gripen, depois de acenar durante anos com a preferência pelos aviões Rafale franceses, embora a Força Aérea Brasileira tenha considerado como opção primeira o caça americano F-18 Super Hornet.

V. A GEOPOLÍTICA DO E NO BRASIL ONTEM E HOJE

Podemos agora tecer algumas considerações sobre a geopolítica do Brasil no decorrer do tempo, sobre a permanência ou renovação de seu objeto e de seu foco.

A primeira observação é que se deve considerar tanto as modalidades de abordagem adotadas quanto os cenários interno e externo. Esses cambiam com frequência, propiciando o

advento de novas ordens, com atores que emergem no dia a dia, e marcadas por circunstâncias históricas que nunca se repetem em dois momentos.

Trata-se do mesmo tipo de perspectiva quando analisamos a evolução do sistema internacional. Se até algumas décadas atrás, ênfase era direcionada para os agentes nacionais, idêntica perspectiva não pode hoje ser integralmente adotada. Realmente, o aumento cada vez mais acentuado de instituições internacionais, organizações não-governamentais e as chamadas entidades subnacionais impactam de forma substantiva as relações de poder mundiais.

A estrutura em todos os níveis é sempre dinâmica, ainda que, em variados casos domésticos, regionais e inclusive no plano mundial, não avance com a rapidez requerida para acompanhar as demais mudanças, por exemplo, mídias sociais e tecnológicas que se processam quase sempre em alta velocidade.

Em termos analíticos, de estudo e do uso da geopolítica como objeto de investigação ou como conceito que auxilie na formulação das políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para problemas estratégicos, a geopolítica sofreu idêntico choque em sua dinamicidade, porque o mundo é sempre diferenciado a cada década.

As preocupações que orientavam as linhas de debates dos estudiosos voltados para a geopolítica brasileira no início ou meados do século XX, são bastante distintas das que hoje se colocam na agenda governamental ou sejam de interesse da academia.

Não se torna necessário falar hoje na necessidade da mudança da Capital Federal, porque esta se concretizou há muito tempo. As motivações para o reforço e atuação nas fronteiras do Sul não existem no mesmo diapasão de décadas anteriores, direcionando-se rumo às florestas amazônicas e à região litorânea do pré-sal. Na Amazônia as ameaças estão voltadas para a questão do tráfico de drogas, armas, mercadorias, problemas ambientais e indígenas, ainda que alguns desses itens igualmente encontrem dificuldades na tríplice fronteira brasileiro-argentino-paraguaia.

O que se pode inferir, não apenas em termos da produção acadêmica mas também das outras instâncias (governamentais civis e militares ou de pesquisadores isolados) é que se manteve fluxo regular, elegendo-se novas temáticas em função das conjunturas internas e externas.

Todavia, esse comportamento não significa que tenha havido uma mudança sobre os caminhos trilhados pela geopolítica no Brasil. Isso faz parte do caráter dinâmico diuturno de qualquer instituição e da própria história nacional, obrigando a todos a se adequar às novas circunstâncias.

Se nos anos 60 e 70, ou até mesmo alcançando meados da década de 1980, era considerável a literatura de origem militar (e também civil) sob viés triunfalista, tal fato se deveu ao clima de euforia e a modalidade de regime político, por exemplo através de escritos sob a lavra de Carlos de Meira Mattos, além de reedições dos livros de Golbery do Couto e Silva. Nesse período, as concepções geopolíticas eram consideradas as orientadoras do próprio regime, por isso também receberam atenção por parte de escritores tanto do entorno, quanto pelos brasilianistas que preconizavam o grandioso porvir a ser alcançado pelo Brasil ainda naqueles anos.

A geopolítica como objeto de estudo sempre foi alvo de interesse, ainda que não necessariamente no mesmo patamar, sob o ponto de vista acadêmico. Na universidade foi basicamente a partir dos anos 80 que dissertações, teses e artigos começaram a ser publicados em apreciável escala.

Mas isso é normal, e deve ser creditado ao próprio avanço das áreas de pesquisa e linhas de investigação das universidades e centros de pesquisa nacionais. Considere-se, também, o interesse e a necessidade de se conhecer as raízes e/ou consequências de determinado período histórico como foi o pós regime militar.

De maneira parecida, com o fim da guerra fria e o novo cenário internacional, ocorreu no Brasil um forte incremento no estudo das relações internacionais, com a abertura de mais de uma centena de cursos de graduação e duas dezenas de programas de pós-graduação contemplando diversas tendências e linhas de pesquisa sobre tópicos estratégicos depois de 1995.

Apenas como efeito ilustrativo, podemos dedicar alguns parágrafos a seguir para comentar parte dos eventos que ocorreram no país desde a década de 1960.

Seminários, cursos e encontros mostram nitidamente como a geopolítica nunca deixou de receber atenção, e como a mesma foi objeto de interesse por parte dos planejadores e da administração pública, instituições e camadas distintas da sociedade brasileira, bem como do meio acadêmico.

Os inúmeros acontecimentos, ainda que localizados ou restritos, no decorrer das últimas décadas, sugerem que seria inadequado afirmar que apenas mais recentemente houve retomada de interesse sobre essa área. O estudo da geopolítica e sua aplicação sempre ocuparam papel na análise de situações domésticas e internacionais.

Basta lembrar o fato de que em 28 de maio de 1949 foi fundado no Rio de Janeiro o *Instituto Brasileiro de Geopolítica*, cujos estatutos foram publicados no Diário Oficial da União em 4 de janeiro de 1951, e formalizados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da

mesma cidade pouco dias depois, em 8 de janeiro. Foi considerado inclusive instituição de utilidade pública pela Câmara dos Deputados em 14 de julho de 1952, através do Projeto 585-A (apresentado em 15 de junho de 1951). (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1951; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1952)

Em 1950 o Instituto Brasileiro de Geopolítica já participava dos debates sobre grandes questões nacionais, elaborando extenso relatório e manifestando-se contrário à criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica alegando que este poderia ferir a soberania brasileira sobre a região. (PETITJEAN; DOMINGUES, 2000 p.285)

Em duas oportunidades foram realizados grandes eventos (Seminário Internacional de Política e Estratégia) em São Paulo, promovidos pelo *Convívio, Sociedade Brasileira de Cultura*. O primeiro datado de 1979 foi coordenado por Oliveiros da Silva Ferreira e pelo general Carlos de Meira Mattos, enquanto na segunda edição desse seminário em 1983 foi lançada a revista *Política e Estratégia*. Foi também nessa década que foram publicadas as duas obras mais comentadas de Carlos de Meira Mattos, bem como livro de Therezinha de Castro, abordando a teoria da defrontação (MATTOS, 1975, 1977; CASTRO, 1976). Anteriormente, em 1960, Carlos de Meira Mattos havia publicado livro que chamava atenção para a projeção mundial do Brasil, embora tenha sido pouco divulgado (MATTOS, 1960).

Entre outros, nas décadas de 1980 e 1990 foram registrados encontros como a Semana Rio-clarense de Estudos Geográficos sobre Geopolítica entre 19 e 23 de outubro de 1981 na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no campus de Rio Claro. No mesmo ano, na capital paulista o Centro Acadêmico da Pontifícia Universidade Católica (PUC) promovia o Curso de Geopolítica nos meses de setembro e outubro. Nessa mesma instituição foi realizado o Simpósio de Geografia Política nos dias 29 e 30 de maio de 1986. Em 1998 a Escola Superior de Geopolítica e Estratégia D. João VI, de Porto Alegre/RS, ofereceu curso sobre “Pensamento geopolítico e estratégico para o século XXI”.

Enquanto isso, criou-se na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) o Núcleo de Estudos de Estratégicos em 1985, e que foi seguido por entidades semelhantes nas décadas seguintes em diversas universidades nacionais, ligadas ou não aos cursos de pós-graduação. Alguns entretanto tiveram duração efêmera como o *Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos* (IBAE) criado em São Paulo, na segunda metade dos anos 1980.

Já em 1994 aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, que posteriormente serviu para aglutinar os interessados na área, seja através das demais reuniões, seja pela criação de uma entidade representativa denominada *Associação Brasileira de Estudos de Defesa* (ABED) que passou a publicar sua própria revista eletrônica. Há poucos

anos, em 2014, também, foi criada a *Associação Brasileira de Geopolítica* (ASBRAGEO), responsável pela realização em maio de 2019 do II Encontro Nacional de Geopolítica na Universidade Federal de Pelotas/RS. As revistas impressas e/ou eletrônicas, relativamente numerosas, também assumiram lugar com designações específicas incorporando as palavras Geopolítica, Defesa, Segurança ou Estudos Estratégicos, ainda que a pioneira na área *Política e Estratégia* encerrasse suas atividades em 1993. São várias as publicações que atualmente se dedicam a essa temática, nas universidades e centros de pesquisa. Escusamo-nos de aqui mencionar os inúmeros centros de estudos e pesquisas e publicações militares que, por dever de ofício, sempre estiveram preocupados com o assunto, como a *Revista Marítima Brasileira* fundada em 1851 e *A Defesa Nacional* publicada desde 1913.

Na virada do século, houve a participação de dezenas de pesquisadores civis e militares que estiveram em atividades e cursos ministrados/realizados no exterior, promovidos pela *National Defense University* no *Center for Hemispheric Defense Studies* (NDU-CHDS) sobre temas de segurança em Washington/DC.

Disciplinas como “Energia e Relações Internacionais: aspectos geopolíticos” foram ministradas na UNICAMP, em 1995, enquanto em instituições como a PUC de São Paulo disciplina com conteúdo semelhante intitulada “Geopolítica poder e guerra” passou a fazer parte da grade curricular do curso de graduação em Relações Internacionais a partir do mesmo ano.

Multiplicaram-se desde os anos 90, mas com ênfase no novo século, programas de pós-graduação contemplando a área e linhas de pesquisa, tanto nas universidades quanto em instituições ligadas ao Ministério da Defesa (*Instituto Brasileiro de Estudos em Defesa Pandiá Calógeras/IBED*), ao Comando do Exército (*Instituto Meira Mattos* da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército/ECEME), ao Comando da Marinha (Escola de Guerra Naval/EGN), ao Comando da Aeronáutica (*Academia da Força Aérea e Universidade da Força Aérea*) e a Escola Superior de Guerra (ESG), além de programas como o Pró-Defesa do Ministério da Defesa que propiciou financiamento aos programas de pós-graduação, tendo também instituído concurso para premiar anualmente as melhores dissertação e tese de doutorado na área.

Os institutos militares que sempre estiveram voltados para a formação e aperfeiçoamento de seus próprios oficiais passaram, então, nos anos mais recentes, a ofertar cursos de pós-graduação em temas correlatos, inicialmente *lato sensu* e, posteriormente, programas *stricto sensu*, avaliados na área de Ciência Política e Relações Internacionais pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES). Em função desses

programas, começaram a realizar concursos para a contratação de docentes civis, com titulação de doutor, para reforçar as diversas linhas de pesquisa desses cursos de pós-graduação. Mesmo estágios de pós-doutorado tem sido ofertados, por exemplo, pela ECEME.

Fatos como esses permearam as últimas décadas e mostram regular continuidade de interesse sobre a geopolítica, defesa e segurança nacionais. É isso, também, que se pode notar no estudo e na evolução da geopolítica brasileira desde seus primórdios.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Países pequenos geograficamente podem apresentar ambições e concretizá-las, até com chances maiores, do que aqueles contemplados mais favoravelmente pela geografia. Nesse sentido, as propostas e projetos para ocupar lugar de realce no concerto internacional diferem substancialmente.

Os primeiros têm que apostar em vetores que privilegiem a formação de recursos humanos de alta qualidade e, a partir daí, catapultar seus índices de desenvolvimento econômico e industrial e investir maciçamente em pesquisa e desenvolvimento, e em ciência e tecnologia.

Os caminhos percorridos por países grandes enfrentam obstáculos inexistentes naqueles menores. Países que detém grandes territórios, mas que não atingiram níveis de desenvolvimento adequados em outras décadas, precisam ocupar e integrar o país, além da dificuldade em suprir as necessidades, muitas vezes básicas, de grande parte de sua população, e modernizar suas instituições políticas e econômico-sociais, muito suscetíveis de manipulação em cada novo governo.

Se superar tais barreiras era considerada mais facilitada até a metade do século passado, o avanço da tecnologia alargou as distâncias entre os que já chegaram ao topo da pirâmide e aqueles que procuram galgar esses mesmos degraus para acomodar-se ao lado dos primeiros.

Países como o Brasil, desde a década de 1920 considerada potência média não saiu desse patamar, não avançou com a mesma velocidade, nem obteve índices semelhantes aos usufruídos por exemplo pelas nações asiáticas, embora tenha se modernizado e se ajustado às exigências dos novos tempos. Muitas justificativas poderiam ser apresentadas, mas que em nada auxiliariam a alterar o papel do Brasil no jogo mundial do poder.

Possuidor de variáveis altamente favoráveis que sempre usufruiu, como uma população em apreciável quantidade em processo de estabilização para a metade do século

XXI, e um território que ocupa a metade do continente sul-americano, por si só, esses dois elementos mostraram-se insuficientes para ajudar a alcançar o destino manifesto como se apregoava em décadas anteriores.

Mesmo em condições adversas, o raciocínio geopolítico sempre marcou presença nas elucubrações daqueles que projetaram o país como potência em tempo definido, e também entre instâncias e agentes responsáveis pelo planejamento das políticas públicas. Isso, entretanto, nunca se constituiu em garantia para que as políticas obedecessem ao viés unilateral de uma componente dentre tantas ponderadas pela administração pública.

Outros fatores devem ser considerados para que em um século o país não promovesse seu desenvolvimento e fosse elevado à categoria de grande país, sendo referido ainda como potência emergente ou potência regional.

As estruturas econômicas, sociais e políticas defasadas em relação às necessidades nacionais, em elevado grau apresentam caráter explicativo para que o país não consiga desenvolver-se no nível almejado.

Decorrente dessas próprias deficiências, observa-se desde sempre a inexistência de propostas de médio e longo alcances que contemplem a projeção internacional do país.

Por isso, também, nas três últimas décadas, foi constante em termos acadêmicos a existência de análises que se contradizem, mas também se complementam, investigando de um lado qual a inserção desejável e, de outro, qual a inserção possível para um país com obstáculos internos difíceis de serem superados, além de enfrentar um cenário internacional que cambia em alta velocidade.⁴

Os investimentos em áreas cruciais, sobretudo, em educação, ciência e tecnologia tem sido costumeiramente negligenciados e, quando existentes, não são realizados com o devido rigor em setores que possam trazer resultados.

No mesmo diapasão, dificilmente houve períodos que apresentassem certa continuidade em que fossem eleitas prioridades para a formação de recursos humanos aptos a operar em nível de igualdade com as nações desenvolvidas, mormente nos tempos atuais onde a competição se torna cada vez mais vigorosa.

A posse mera e simples de recursos geográficos não assegura, como nunca ocorreu na História nacional, condições que se demonstrem favoráveis por si só para projetar o país internacionalmente, como sempre defenderam aqueles que apostaram na fatores tradicionais

⁴ Como grande parte dos conceitos e teorias tem sempre recebido interpretações diferentes, a terminologia *inserção internacional* igualmente tem chamado atenção de pesquisadores. Veja-se, por exemplo, “cómo la idea de inserción internacional ha evolucionado históricamente en el pensamiento internacional latinoamericano a lo largo de los siglos XX y XXI hasta que fuera transformada en concepto.” (CHAGAS-BASTOS, 2018, p.11)

como elementos fundamentais para que isso acontecesse. Se isso fosse uma realidade, o Brasil há muito se teria convertido em grande potência, e atingido outro patamar.

Em um mundo global caracterizado por grandes e rápidas transformações tecnológicas e de estruturas de poder, os fatores geográficos ainda que mantenham sua importância podem ser rápida e facilmente suplantados.

Muitos países detentores de espaços menores reverteram tal desvantagem, e passaram a ocupar posição de destaque na arena internacional, ainda que não necessariamente lancem mão do uso da força e da violência para mostrar suas capacidades, competências e influências.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser**. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unesp, Rio Claro, 2000, versão digitalizada.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Corredores de Exportação**. Brasília: Banco Central do Brasil, 1972, mimeografado.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Desarrollo mas allá de la Economía - Informe 2000**. Washington: BID, 2000.

BARAT, Josef. Corredores de transportes e desenvolvimento regional, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, dezembro, Rio de Janeiro, IPEA, v. 2, n. 2: 301-338, 1972.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República. Os anos de apogeu (de 1902 a 1918)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo**, v. I, 2ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (org.). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto nº 585-A*, de 15 de janeiro de 1951. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9113375A8BBD8A9DC514E5EC4B92127C.proposicoesWebExterno2?codteor=1221773&filename=Dossie+-PL+585/1951, 1952. Acesso em 7 de fevereiro de 2019.

CÂMARA FEDERAL. Transferência da capital para o interior foi proposta em 1821. <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIDADES/146924-TRANSFERENCIA-DA-CAPITAL-PARA-O-INTERIOR-FOI-PROPOSTA-EM-1821.html>, 2010. Acesso em 10 de março de 2018.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Antártida**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1976.

CAUBET, Christian Guy. **Le barrage d'Itaipu et le droit international fluvial**, 2 tomes, Thèse d'Etat, Toulouse I-France, Décembre 1983, mimeografado.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H. La invención de la inserción internacional: fundaciones intelectuales y evolución histórica del concepto. **Análisis Político**, Bogotá/Colombia, septiembre-diciembre, n. 94: 10-30, 2018.

COELHO, Djalma Poli. A localização da nova capital do Brasil. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro, Instituto Pan-americano de Geografia e História, v. 15, n. 41: 1-31, 1954.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Aspectos geopolíticos do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

CRULS, Luiz. **Relatório Cruls – Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

DIARIO OFICIAL DA UNIAO (1951) - *Extrato de Estatuto do Instituto Brasileiro de Geopolítica*. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 69, 4 de janeiro. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2273357/pg-69-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-01-1951>. Acesso em 7 de fevereiro de 2019.

FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGUEIRÓ, Asdrúbal. Brasil deve dominar tecnologia da bomba atômica, diz ministro. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030105_amaralafdi.shtml. 2003. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

GALL, Norman. Atoms for Brazil, Dangers for All. **Foreign Policy**, n. 23: 155-201, Summer 1976.

GUGLIALMELLI, Juan Enrique. **Argentina, Brasil y la bomba atômica**. Buenos Aires: Tierra Nueva, 1976.

HAUSHOFER, Karl. **De la géopolitique**. Paris: Fayard, 1986.

JALDUN, Ibn. **Introducción a la historia universal (Al-Muqaddimah)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

KAROL, Eduardo. **Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012)**. Tese de doutorado em Geografia, USP, 2014.

KJELLEN, Rudolf. Autarquia, in RATTENBACH, Augusto R. (org.) – **Antologia geopolítica**. Buenos Aires, Editorial Pleamar, p. 53-81, 1975.

MACKINDER, Halford John. The geographical pivot of History, *The Geographical Journal*, December, v. 170, n. 4: 298–321, 2004.

MATTOS, Carlos de Meir. **Projeção mundial do Brasil**. São Paulo: Editora Leal, 1960.

MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil Geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica brasileira – predecessores e geopolíticos. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. XVII, n. 39: 58-82, 2000.

MENDONÇA, J. C. F. (1808) apud CRULS, L. – **Relatório Cruls – Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2003.

MIRROW, Kurt Rudolf. **Loucura nuclear (os enganos do acordo Brasil-Alemanha)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PETITJEAN, Patrick & DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hileia Amazônica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 14. n. 26: 265-292, 2000.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – **Metas e bases para a ação de governo**. (nova impressão, janeiro de 1971). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1971.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Segurança e desenvolvimento ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas – Projeto Calha Norte**. Brasília: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, 1985.

RATZEL, Friedrich. Le sol, la société et l'État, *L'Année Sociologique 1898-1899*, Paris, v. III: 1-14, 1900.

RATZEL, Friedrich. Las leyes del crecimiento espacial de los Estados. *Geopolítica*, Madrid, v. 2, n. 1: 135-156, 2011.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**, 2 volumes, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

SANTOS, S. M. G. Dos. **A cultura opulenta de Everardo Backheuser. Conceitos e leis básicas geopolíticas**. Rio de Janeiro: Editora Carioca da Engenharia, 1989.

SENADO FEDERAL. **Reforma administrativa: organização da administração federal. Decreto-Lei nº 200/67**, 4ª ed. Brasília: Senado Federal, 1984.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteiras do Brasil no Regime Colonial**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

SONDERN JR., Frederic. The thousand scientists behind Hitler. **The Reader's Digest**, 23-28, june1941.

SPYKMAN, Nicholas John & ROLLINS, A. A. Geographic Objectives in Foreign Policy, I, **The American Political Science Review**, v. 33, n. 3: 391-410, june 1939.

SPYKMAN, Nicholas John & ROLLINS, A. A. Geographic Objectives in Foreign Policy, II, **The American Political Science Review**, v. 33, n. 4: 591-614, august 1939a.

TAMBS, Lewis. **March to the West: a geopolitical analysis of Brazilian expansion (1500-1808)**. Santa Barbara, University of California (Ph.D. Dissertation), 1967, datilografado.

TAMBS, Lewis. A influência da geopolítica na formulação da politica internacional e na estratégia das grandes potências. **Politica e Estratégia**, São Paulo, Centro de Estudos Estratégicos, v. I, n. 1: 73-104, 1983.

TRAVASSOS, Mario. **Aspectos geográficos sul-americanos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

WAIBEL, Leo. Determinismo Geográfico e Geopolítica - contribuição ao problema da mudança da capital - , **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, v. XIX, n. 164: 612-617, setembro/outubro 1961. Originalmente publicado por **O Jornal**, Rio de Janeiro em 19 de dezembro de 1948.

Recebido em: junho/2019.

Aprovado em: outubro/2020.